



Advogado diferencia justiça negociada e delação premiada Má-fé, ignorância e golpes baixos (sobre a delação premiada)

Rui Patrício

Já escrevi que penso o pior acerca da delação premiada, na aceção que a prática consagrou no 'Lava-Jato'. E já tentei dizer porquê, enunciando as razões (jurídicas e outras) da minha opinião. Tentei não fazer processos de intenções, procuro discutir no plano das ideias e respeito as opiniões contrárias. Mas só as que discutem as coisas no mesmo plano, o resto desprezo, e tenho pena (e receio, pelo futuro) que esse tipo de discussão tenha tanto palco, seja em órgãos de comunicação social seja no atraente *farwest* das redes sociais.

O exemplo da repercussão pública das recentes declarações da ministra da Justiça é uma ilustração belíssima (no sentido enunciativo, não no estético) do império dos vícios que estão no título nalguns fóruns onde se trata entre nós de temas de justiça (sendo a área criminal a que mais convida ao *pathos* e, por isso, a mais apetecível para o entretenimento e a mais atreita à erosão da racionalidade). A senhora ministra não disse

bem o que várias vezes passou, e não disse que defende a delação premiada. Disse o que o bom senso aconselha: que o tema é sério e merece discussão. Não o disse em tom elogioso para a figura, nem piscou o olho a nenhum dos lados da discussão. E não disse que a procuraria introduzir em Portugal. Mas até pareceu que sim, a avaliar por algumas notícias e por parte das discussões e opiniões que logo saíram da toca. Que só poderiam ter por causa surdez, má-fé ou ignorância.

Aliás, a ignorância tem tido aqui terreno fértil. Um exemplo: não saber que a delação premiada no sentido 'Lava-Jato' pressupõe mais a delação de outro(s) do que a assunção de responsabilidades próprias. Outro (este já com má-fé a fazer par com a ignorância): a repetição da ideia de que justiça criminal negociada e delação premiada são sinónimos. E dizem, então, quais almas cândidas, que não percebem as críticas à delação premiada, pois a justiça negociada é uma coisa muito antiga, aceite em muitos países, muito boa, *et cetera*. Ora, justiça negociada é uma coisa bem mais vasta do que

delação premiada. É um conceito que pode incluir muitas figuras, e algumas bem diferentes entre si. Umhas boas, outras nem tanto; umas antigas, outras não; umas aceites generalizadamente (e entre nós), outras não. E, mais importante, umas compatíveis com um *due process of law*, outras não.

Discutamos porquê, sim senhor, que o tema merece-o. Mas no plano das ideias e das razões. Não no dos golpes baixos, como o de dizer — quando chegou a desilusão acerca dos alegados propósitos legislativos da ministra — que a mesma, afinal, era uma coisa como magistrada e agora é outra como governante. Ou dizer que eu só penso assim porque sou advogado e a minha opinião estará a soldo dos clientes. Isso não é discutir. E não entro nesse registo, até para não ter de sugerir que alguns dos que assim dizem, afinal, talvez avaliem os outros sem olhar para os fundamentos das opiniões, presos que estão no reflexo no espelho da sua própria tábua de valores, dos seus interesses ou das suas fidelidades. *Honi soit qui mal y pense*.